

CURSO: HISTORIA DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

PPGAS-UFAM – Primeiro Semestre de 2016

Prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida

60 Horas

I PARTE - HISTÓRIA DA CIENCIA COMO OBJETO DE REFLEXÃO

1ª SESSÃO - A história da antropologia não consiste somente numa “memória”, ancorada num tempo passado. Ela é, sobretudo, uma prática científica, com determinadas características que a distinguem no domínio conhecido como “história da ciência”.

i) Pode ser considerada, consoante Canguilhem, como uma “biblioteca ideal” ou como um “laboratório de epistemologia” ou de análise dos processos reais de formação territorial e de composição étnica, refletindo sobre os sistemas de pensamento e seus efeitos sobre os diferentes esquemas interpretativos, que prevalecem na vida intelectual.

“L’histoire d’une science est ainsi le résumé de la lecture d’une bibliothèque spécialisée, dépôt et conservatoire du savoir produit et exposé, depuis la tablette et le papyrus jusqu’à la bande magnétique, en passant par le parchemin et l’incunable. Bien qu’il s’agisse là, en fait, d’une bibliothèque idéale, elle est idéalement, en droit, l’intégralité d’une somme de traces. La totalité du passé y est représentée comme une sorte de plan continu donné sur lequel déplacer, selon l’intérêt du moment, le point de départ du progrès dont le terme est précisément l’objet actuel de cet intérêt. Ce qui distingue les histoires des sciences les uns des autres c’est la témérité ou la prudence dans leurs déplacements sur ce plan.” (Canguilhem, 2000:14).

ii) O Objeto da História das Ciências.

Leia-se: Canguilhem, Georges - **Estudos de História e de Filosofia das Ciências**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012

iii) A partir de quando se começa a falar numa “história da antropologia”? Quando é que um domínio de conhecimento torna-se passível de ser refletido enquanto história?

A “história da antropologia” como gênero sucede cronologicamente aos “manuais de antropologia” como prática de instituições científicas. Enquanto os primeiros “manuais” são assinalados em 1871, com Tylor, as “histórias” o serão a partir de 1912.

Desde 1912, com Alfred C. Haddon, tem-se uma **History of Anthropology** (com A.H. Quiggin, que foi revisado e reeditado em 1934). Em 1937 tem-se **The History of Ethnological Theory**, de Roberto Lowie (interlocutor preferencial de Curt Nimuendaju).

Há uma situação de tangencia entre estes gêneros já que em 1936 foram iniciados os trabalhos da Comissão organizada pela Seção H da Associação Britânica para o Progresso da Ciência, encarregada de organizar a sexta edição de **Notes and Queries on Anthropology**. A. C. Haddon e C.G. Seligman integraram esta Comissão. Em 1949 transferiu-se da mencionada Seção H o trabalho de compilação e reedição desta publicação **Notes and Queries on Anthropology** (que em português foi traduzida como **Guia Prático de Antropologia**) para o Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda, que passou a assumir as futuras edições.

O gênero classificatório, nas décadas seguintes, ganhou mais força na França. Em 2006 tem-se uma ilustração da aplicação dos critérios autoevidentes (escolas de pensamento, autores notáveis e teorias).

Leia-se: Robert Deliège- **Une Histoire de L'Anthropologie (écoles, auteurs, théories)**. Paris, Seuil. 2006.

Haveria ainda gêneros aproximados, que poderiam ser discutidos com fins de aprofundamento, tais como aqueles referentes aos “dicionários de antropólogos”, como o de G. Gaillard (1997), e aqueles concernentes às “origens da antropologia”, como o de J.Copans & Jamin, J. (1994).

Leia-se: - Copans, Jean & Jamin, Jean- **Aux origines de l'anthropologie Française**. Paris, Jean-Michel Place. 1994

- Gaillard, Gérald – **Dictionnaire des ethnologues et des anthropologues**. Paris. Armand Colin.1997

Este conjunto de gêneros de produção científica resume os elementos integrantes da “história da antropologia” como objeto de reflexão.

Leia-se: Tax, Sol – “El lugar apropiado de la Ciencia del Hombre” *in* Sol Tax (ed.) **Antropologia.Una Nueva Vision**. Cali (Colombia). Editorial Norma. 1964 pp. 14-26

iv) Como classificar a denominada “Antropologia no Brasil”? A relativização do discurso dos “naturalistas-viajantes” e dos critérios usuais de classificação.

Leia-se: Castro Faria, Luis de – “A Antropologia no Brasil”. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso. In: Castro Faria, L. de – **Antropologia. Espetáculo e Excelência**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ – Ed. Tempo Brasileiro, 1993.

II PARTE - HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL.

2ª SESSÃO - A década de 1870-80 é considerada basilar para o sistema de pensamento que organiza a produção intelectual referida à antropologia como domínio científico. Destaca-se tanto para uma pesquisa que focalize a “história da antropologia” ou a disciplina usualmente designada como “Teoria Antropológica”, quanto para a chamada “História da antropologia no Brasil”, disciplina menos conhecida e apresentada usualmente através de abordagens esquemáticas, que se desdobram passo a passo com as “histórias da antropologia” de países europeus (as mesmas escolas de pensamento, os mesmos fundamentos e os mesmíssimos pensamentos de escola). Nosso propósito concerne a uma análise crítica destes procedimentos realizada por dentro de seus próprios marcos e “obras”.

Para efeitos de exposição, objetivando uma discussão detida gostaria de apresentar os seguintes itens:

- i) Em termos de “trabalho de campo” registra-se a passagem do trabalho de F. H. Cushing, de 1878 a 1882, com os Zuni, para aquela de F. Boas, em Baffin, com os esquimós, iniciada em 1883. Em 1888 e 1889 Expedição Cambridge ao estreito de Torres (entre Austrália e Nova Guiné) organizada por A. Haddon e da qual participaram Seligman e Rivers. Em 1901 Rivers realizou trabalho de campo com os Todda. Seligman realizou survey na Nova Guiné (UK), no Sudão e no Ceilão. De outra parte Radcliffe-Bown realizou entre 1906 e 1908 sua pesquisa entre os Andamaneses.
- ii) Em termos temáticos no Brasil tem-se a produção intelectual de Couto de Magalhães (em interlocução com Broca, Tarde e Tylor). Os militares como conhecedores de realidades localizadas e intérpretes do Brasil.

Leituras obrigatórias:

Couto de Magalhães – **Ensaio de Anthropologia. Região e Raças Selvagens do Brasil**. Rio de Janeiro. Typ. de Pinheiro. 1874 e

– **O Selvagem**. Rio de Janeiro. Typ. da Reforma. 1876

- iii) Os magistrados e juristas como intérpretes do Brasil (em interlocução com Tarde, Toppinard, Virchow).

1870- “Manifesto Republicano”, Teixeira Mendes.

Leia-se : Silvio Romero - “Doutrina e contra-doutrina : o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil”. Rio de Janeiro. Ed. J.B. Nunes. 1894

A escravidão como tema: Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Araripe Junior e Rui Barbosa.

Leia-se- Rui Barbosa – **Parecer 48-A**. Rio de Janeiro, 1884

- **A questão social e política no Brasil**. 1919

- iv) No que concerne à Amazônia tem-se ainda a produção intelectual de A. Azevedo, Inglês de Souza, Celso de Magalhães e José Veríssimo.
Leitura obrigatória:
José Verissimo – “As populações indígenas e mestiças da Amazonia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes.” **Revista Trimensal do IHGB**. Tomo I. 1887 pp.295-390
O deslocamento de categorias: de “raças” para “populações”, de “populações” para “sociedade”. Distinções entre “sociedade” e “comunidade”.
Vide nota epigráfica deste texto de J. Verissimo publicado em 1887 :
“Este trabalho, pequena contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro, apareceu pela primeira vez sob o título de “As raças cruzadas do Pará”, nas **Primeiras Páginas**, livro publicado pelo autor em 1878. Hoje (**na Revista do IHGB**) sai não só muito aumentado e modificado, mas inteiramente refundido e correto. É por assim dizer um trabalho novo.”
- v) O Museu Nacional com Ladislau Neto e o regulamento de 9 de fevereiro de 1876. A Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 29 de julho de 1882.
Leia-se: Castro Faria, Luis – “**As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional.**” (Conferência). Rio de Janeiro. MEC/Museu Nacional. Departamento de Imprensa Nacional. 1949
- vi) As Escolas de Medicina (no ensino de anatomia, no Rio de Janeiro e na Bahia) e as Escolas de Direito (de Recife, Pernambuco, e do Largo de São Francisco, São Paulo) sintetizam o agrupamento dos autores mais expressivos.
Leia-se:
Paim, Antonio- **A filosofia da Escola do Recife**. Rio de Janeiro. Editora Saga. 1966
- vii) Destacam-se os periódicos: a) **Vellozia** (1885-1888), criado por Barbosa Rodrigues, no Museu Botânico do Amazonas (instituído pelo governo imperial em 1882), em Manaus (AM). No “volume segundo”, impresso em 1892, há um catálogo da Seção Etnográfica e Arqueológica do Museu Botânico do Amazonas. pp.87-120). Observar que a revista **Vellozia** teve somente quatro números, sendo os dois primeiros sobre “descrições

botânicas” e “estudos etnológicos e zoológicos” e os dois restantes com estampas e fotos e desenhos.

b) **Revista Amazônia**, fundada por José Verissimo (sobrinho de Antonio Sobrinho de Matos, com quem morou no Rio de Janeiro e que era bacharel em Direito por São Paulo, 1844), em Belém (PA).

3ª SESSÃO – Nas décadas seguintes e até 1912 com a expedição de Rondon (cuja primeira expedição data de 1906), que incorpora o antropólogo Roquette Pinto, tem-se uma sucessão de discussões com temas que principiam a organizar um campo de debates em torno do que começou a ser considerado como “antropologia” e não se confundia com os “esforços botânicos”. Certamente que esta dinâmica encontra-se conectada com as iniciativas britânicas e norte-americanas de consolidar a instituição de um domínio de produção antropológica.

Em 1914 Malinowski, orientado por Seligman, estava realizando trabalho de campo na Melanésia onde fica até 1918, publicando **Argonautas do Pacífico**, em 1922, mesmo ano em que Gilberto Freyre assistia seminários de F. Boas. Registrar que Malinowski ao relatar suas relações de pesquisa assevera estar construindo uma descrição etnográfica do ponto de vista dos denominados “nativos”.

No caso brasileiro, de outra parte, tem-se uma intensificação dos trabalhos de pretensão etnográfica com a criação do Serviço de Proteção aos Índios(SPI) em 1910. Verifica-se uma multiplicidade de debates com interesses pronunciados sobre eventos e realidades localizadas. Os fundamentos da posição de “sertanista”, conjugando habilidades militares com o “catecismo positivista” e uma compaixão pelos povos indígenas, começam a ser assentados. Delineia-se o que viria a se constituir numa camada de “especialistas” em questões indígenas, convertendo os “servidores” de diferentes formações acadêmicas da agencia indigenista, usualmente vulgarizados como “antropólogos” ou mesmo “indigenistas”, numa autoridade *in loco*. A resposta oficial à indagação: “quem é que conhece os índios?”, passa por dados de experiência localizada.

Nesta primeira década do século XX está-se diante de debates, envolvendo “positivistas”, “evolucionistas” e “difusionistas”, além de outras “escolas” (determinismos geográficos e raciais) que circunstanciam a chamada “reação cientificista” com teorias sobre a vida social formuladas por diferentes autores:

- i) Tem-se Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e mais tarde, avançando pelo século XX, Arthur Ramos. Referidos à Amazônia, além de Roquette Pinto (médico, antropólogo do Museu Nacional), tem-se Raimundo Lopes (naturalista do Museu Nacional, sobrinho de Celso de Magalhães, bacharel em direito, formado em Recife- autor de **Os**

- Calhambolas** -, da mesma turma de Inglês de Souza) e o próprio Euclides da Cunha (engenheiro militar, jornalista).
- ii) Euclides da Cunha com **Os sertões**, 1902, registra, com repercussão internacional, os debates em torno da relação entre “composição racial” e “nacionalidade”. Difundido e atualizado por Vargas Lhosa em **A guerra do fim do mundo**.
 - iii) Aliás, a este tempo, tem-se o relatório de Roger Casement sobre o rio Congo e depois sobre o Rio Putumayo na Amazônia Peruana. O relatório sobre as atrocidades do rei belga no Congo foi difundido e atualizado por Vargas Lhosa em **El sueño del celta** (2009). O relatório de 1912 sobre as modalidades de imobilização da força de trabalho encontra-se no chamado **Libro Azul Británico - informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades em el Putumayo** (2012).
 - iv) No Brasil tem-se uma década de passagem da “literatura dos viajantes” (hegemônicos até então) para os “naturalistas” do Museu Nacional (“pensionistas do Imperador”, formados em Faculdades de Direito de Recife - Olinda e São Paulo, Escola de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (engenharia de minas). As sucessivas rupturas.
 - v) As grandes expedições (que tiveram na “missão” de Gonçalves Dias no Ceará, sardonicamente classificada “Comissão das Borboletas”) e seu marco, em 1855, são deslocadas. Iniciam-se as preocupações com coleções, exposições e museus, marcados pelo sufixo “nacional”. O predomínio da noção de “brasileiro” (distinção e identidade nacional) e tudo que for classificado como “genuíno”. A viagem de Gonçalves Dias ao Amazonas para coleta de peças, 1871.
 - vi) O Museu Nacional, as exposições referidas a realidades localizadas e as Exposições “Universais”.

4ª sessão - O trabalho comparativo. Exercícios de aproximação com o que ocorria em termos de institucionalização da antropologia na Europa e nos EUA, bem como com as “grandes expedições” (que na Amazônia teria como derradeira a Expedição à Serra do Norte, em 1938, da qual participaram Lévi-Strauss e Castro Faria). A comparação com as “grandes expedições” à África, no período focalizado, com, por exemplo, a expedição de Stanley ao Rio Congo, entre 1879 e 1884. Os trágicos anos do “Estado Livre do Congo” sob o reinado despótico de Leopoldo II da

Bélgica, prevaleceram na literatura de viagens e na discussão da relação dos europeus com a implantação de governos em países tropicais (vide a Carta de G.W. Williams ao Rei Leopoldo, 18 de julho de 1890 in Williams et ali - **La tragédia del Congo**, 2010). Consulte-se também Joseph Conrad - **O coração nas trevas**, que tem o Congo como referencia (foi adaptado cinematograficamente por F. Coppola situando a ação no Vietnam- “Apocalypse Now”. - Observar que J. Conrad, no âmbito da “sociologia das viagens”, era o literato de preferência de Malinowski).

Reiteramos o **trabalho** do diplomata irlandês Roger Casement, datado de 1903 (Casement viajara ao Congo anos antes). Este autor, conforme já sublinhamos, teria produzido também um informe sobre a Amazônia, antes mencionado.

Em 1909 Conan Doyle escreveu, em estilo jornalístico, “O crime do Congo”. Antes, em 1905, Mark Twain havia produzido “El solilóquio do Rei Leopoldo”, criticando a colonização africana.

Williams frisa que “os nativos do Congo se queixam de que lhes foram arrebatadas as terras pela força” pelo Governo colonialista “cruel e arbitrário” (“queima aldeias, rouba bens, destrói recursos naturais e institui práticas de violência” que sinalizam para um genocídio). Williams, em certa medida, reproduz a prática de L. Morgan em relação aos iroqueses (clã dos Seneca), defendendo-os através de sua produção intelectual (largamente citada por Marx e Engels e classificada de modo usual como simplesmente “evolucionista”, por classificadores que elidem as relações de pesquisa, quais sejam as relações sociais estabelecidas por Morgan com os iroqueses e seus efeitos).

A “sociologia da produção intelectual” como abordagem a ser considerada, evitando as análises “internalistas”.

Na mesma direção se poderia mencionar Cushing e Malinowski. Mais tarde, Sol Tax (1936-41), sobre a chamada “Antropologia da ação” (1941)- que recebe uma reedição de destaque do **Current Anthropology**, em dezembro de 1975 – “The Bow and the Hoe: Reflections on Hunters, Villagers, and Anthropologists” e “A discussion of Action Anthropology” pp.507-517-. De maneira resumida poder-se-ia dizer que Tax afirma que o trabalho antropológico não seria produzido apenas do ponto de vista dos “nativos”, como diria Malinowski, mas se disporia a “serviço dos próprios observados”.

O advento da chamada “Antropologia Aplicada” e o debate entre George Foster e Sol Tax, marcando a produção antropológica no decorrer dos anos 1950-1963. Os cursos do Museu Nacional no início dos anos 1970-80 que recuperaram esta discussão. Leia-se: G. M. Foster- **Las culturas tradicionales y los Cambios Tecnicos**. Mexico. Fondo de cultura Economica.1964.

Sol Tax (ed.)- **Horizons on Anthropology**. Chicago.Illinois. Aldine Publishing Company.1964. Traduzido para o espanhol por Antonio Garza y Garza sob o seguinte título: **Antropologia. Una nueva vision**.

A leitura crítica de Cardoso de Oliveira, em 1990, insistindo na prática reflexiva, que, segundo ele, teria sido ignorada por Sol Tax.

Oliveira, Roberto Cardoso de – “O mal-estar da ética na antropologia prática” in: **Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil**. Ceres Victora, Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro (orgs). Niterói. EdUFF. 2004

Leia-se: Alfredo Wagner B. de Almeida – Prefácio in: Pacheco de Oliveira, João – **Regime Tutelar e Faccionalismo. Política e religião em uma reserva Ticuna**. Rio de Janeiro, Casa 8. 2015

Discutir a pertinência deste debate ideal separado por quatro décadas e seus efeitos na formação de antropólogos.

5ª sessão - SUBDOMÍNIO DE CONHECIMENTO

O tema “A presença africana” ou “A presença negra” observado como instrumento classificatório a ser classificado criticamente. Por que ser pensado pela “presença”? Não se fala num tema “A presença branca” ou “A presença amarela”. Explicar o porque. A expressão “presença negra na Amazônia” foi retomada nos anos 1960-70, agregando “comentadores regionais” e antropólogos igualmente “regionais”, no âmbito da UFPA.

Em fins do século XIX, Silvio Romero, abolicionista, insistiu e asseverou na assertiva: “o negro como objeto de reflexão”. A temática dos “negros” (escravidão) com F.Boas e M.Herkowitz nos EUA, na África e na América Latina (Suriname), instituindo um subcampo de conhecimentos científicos vinculado à antropologia (distinção de raça e cultura e reinterpretação das práticas religiosas e das resistências culturais). Richard Price busca reconstituir este subcampo que segundo ele teria como autor fundante Hercowitz e seus estudos sobre “religiões de matriz africana”. A. Ramos como um tipo particular de interlocutor e os que dele ficaram tributários direta ou indiretamente (vide Nunes Pereira e mais tarde René Ribeiro).

A “atualidade” desta discussão (vide conceito de atualidade em Foucault). “A noção de “atualidade” aparece de duas maneiras em Foucault:

a) Consiste em sublinhar em como um evento – “por exemplo a separação entre a loucura e a “não-loucura”- não somente engendra toda uma série de discursos, de prática, de atitudes e de instituições, mas se prolonga até nós (até os dias de hoje).

“Tous ces événements, Il me semble, que nous les répétons. Nous les répétons dans notre actualité, et j’essaie de saisir quel est l’événement sous Le signe duquel nous sommes nés, et quel est l’événement qui continue

encore à nous traverser.” (Foucault, Dits et écrits. Paris.Gallimard.1994, vol.3.Texte n.233).

b) Foucault sublinha o fato de colocar filosoficamente a questão de sua própria “atualidade” (o que faz Kant pela primeira vez, ao marcar em realidade a passagem à modernidade). Interrogar, colocando a questão do pertencimento a um “nós” correspondente a esta “atualidade”, quer dizer, formular o problema da “comunidade” da qual se faz parte (fazemos parte enquanto antropólogos). (Kant procuraria uma diferença (qual a diferença hoje em relação a ontem). Colocar a questão da atualidade torna-se, pois, definir o projeto de uma “crítica prática na forma de uma ação de passagem (*franchissement*) possível”.

c) “Atualidade” e presente são inicialmente sinônimos. A irrupção do “novo” seria o que Foucault chama de um evento (novidade disruptiva), isto é o que caracterizaria a “atualidade”. O presente dá lugar a um “novo presente”. A “história da antropologia” como a emergência de um evento: o “novo presente”, desdizendo a rigidez das periodizações ortodoxas, que usualmente tem sido acionadas para ordenar o campo da antropologia, seja segundo “escolas de pensamento”, seja segundo uma sequência de “autores notáveis”. A crítica destes procedimentos senso-comum no mundo erudito.

6ª sessão - CRÍTICA DOS CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS

i) A postura obsecada de periodizar e a leitura crítica deste procedimento. O critério da “data canônica” disposto a um exame acurado e crítico. O “novecentos” (como o “oitocentos”) é um termo desconhecido, quando se fala na produção do conhecimento intelectual no Brasil, não tem força explicativa que possui em outros países (como talvez pretendesse Brito Broca ao analisar a vida literária no Brasil em 1900). Mas, o que dizer de 1870 (“Manifesto Republicano”), de 1922 (“Semana e Arte Moderna”), de 1926 (Manifesto Regionalista) ou 1930 (“Revolução de 30” ou “antes e depois de 30”). Discutir criticamente as “efemérides”, seus efeitos e a ilusão de explicação objetiva. Re-examinar o “positivismo” na divisão do século e seu caráter normativo e manualesco.

“Comte acreditava que a vida social era governada por leis e princípios básicos, que podiam ser descobertos através do uso dos métodos mais comumente associados às ciências físicas”. Para a pretensão normativa: as teorias da vida social, apoiadas principalmente no que pode ser observado com os sentidos, deveriam ser formuladas de forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de fatos verificáveis. A Escola de Recife como um repto ao positivismo e o Exército como um lugar institucional de abrigo do “catecismo positivista”. O poder republicano e os debates intelectuais sobre a

forma de governo. O anticlericalismo e a “reação científicista”: os povos indígenas sob as classificações antagônicas de posições em confronto aberto.

ii) “Naturalistas-viajantes” e instituições, ambos tardios: alemães (com Koch-Grünberg) e italianos (com Porro, Museu de Ciência de Milão, através de Stradelli), suecos (com Nordenskiöld, Museu de Gotteborg, através de C. Nimuendaju). As expedições científicas francesas à Amazonia. Coleccionismos postos à prova no ocaso dos impérios.

O conceito de “coleção” no século XXI e os conceitos de “processo de patrimonialização” e “patrimonialização provocada” de Luc Boltanski. Suas implicações nas teorias museológicas. A redefinição dos museus. A leitura de Raimundo Lopes sobre Gonçalves Dias recolocada.

iii) A “imaginação sociológica” com Gilberto Freyre e os debates promovidos por Oliveira Viana e Alberto Torres.

iv) O médico Arthur Ramos se insinua nesta fímbria, recuperando Nina Rodrigues e assinalando possibilidades de “continuidade”. O setor de antropologia do Museu Nacional com Roquete Pinto e seus epígonos: Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes. A crítica aos critérios de classificação- datas, escolas, autores notáveis - e seus efeitos diretos. O que seria o epígono dos epígonos ganha novo rumo e passa a ler criticamente esta “tradição”, com profunda passagem pela arqueologia: Castro Faria.

7ª sessão - CLASSIFICAÇÕES E CLASSIFICADORES: ARBITRÁRIOS E CONJETURAS

Questões colocadas pela prática da história das ciências (por uma teoria da história das ciências) ou como os próprios produtores de conhecimento científico formulam a questão da “história das ciências”, sem o “vírus do precursor” e sem a noção de “influência” (como sublinha Castro Faria a partir da leitura de G. Canguilhem).

A discussão de **Antropologia: duas ciências**, 2010, cf. Luiz de Castro Faria, que inicia sua atividade profissional no Museu Nacional em 1936 e participa da Expedição à Serra do Norte, em 1938.

Montar criticamente e comentar, desmontando-o, o **quadro cronológico**, das interpretações usuais, assim disposto:

Coluna 1- produção internacional (Lewis Morgan e o “primeiro laudo”- a ciência do direito tangenciando com a antropologia -,Spencer, Darwin, Marx, Tylor e o “primeiro manual”, Frazer, Cushing e o primeiro campo sistemático, Boas, Rivers, Malinowski)

Coluna 2- produção nacional (Gonçalves Dias, Ladislau Neto, Silvio Romero, Nina Rodrigues...). Autor, produção e data, principais conceitos. Abordagens e experiências profissionais divergentes. A noção de “pensionistas do imperador” (G. Dias, João F. Lisboa). O IHGB(1938) e a polêmica de Varnhagem com J.F.Lisboa. Embora produzindo no período definido como Romantismo, Varnhagem, como diria Veríssimo, não é “indianista”, “não tem simpatia pelo índio”, o “menospreza, o deprime e até aplaude a destruição”, proclamando a superioridade do português e disfarçando os “defeitos do regime colonial”.

A antropologia entre a literatura (“indianismo”) e a poesia (“indianista”). Examinar a pertinência de inclusão de Leonardo Amazonas, com **Simá**, - romance amazônico - num patamar aproximado ao de **Iracema**, de José de Alencar.

Coluna 3 - O “credo positivista” e seu catecismo, como inspiração do *modus operandi* militar face aos índios. “Domesticação” (“pacificação”, “amansamento” de índios) in Barbosa Rodrigues, **Vellozia** e **Pacificação dos Crichanas** (1885) e em Couto de Magalhães (1874 e 1876).

A antropologia e o fato criminal. A craniometria e a medicina legal. “Antropologia forense”, “antropologia criminal” e ciência do direito. Discutir a chamada “loucura das multidões” com Sighele, Lombroso e Gustave Le Bon e o conceito de “psicologia das massas” de Freud. Os trabalhos de Euclides da Cunha e Araripe Jr. como referências básicas: messianismos.

O ensaísmo enciclopédico e seus equívocos.

8ª sessão – Quadro resumido

Exercício de montar um **quadro analítico com quatro colunas**, objetivando propiciar uma noção elementar de estruturação de um sistema de pensamento ou de um campo de reflexão. Leitura crítica de “escolas” e de “debates” tomados como objeto de pesquisa.

Coluna 4- Agentes e agências. Instituição e indivíduos. Os correspondentes dos “notáveis” e suas implicações. Fritz Muller e Darwin. O imperador e Virchow. Nimuendaju e E.Nordenskiöld. Nimuendaju e Lowie. Destacar as relações assimétricas e analisá-las em separado, evidenciando confluências e oposições. Os museus nacionais da Suécia e da Dinamarca e sua preocupação atual com “repatriamento”.

A institucionalização. Antropologia produzida nos museus. O corte de Florestan Fernandes: “a produção científica a partir das universidades” ou a “a partir de 1930”.

Datas canônicas e periodizações a serem relativizadas. Antropologia construída num campo de debates complexo.

A produção antropológica vista como oscilando entre a “mission française” e as “missões técnicas norte-americanas” (com base nos Acordos de Washington, 1942). Uma falsa luta pela hegemonia, que permeou os “seguidores” de todos os matizes.

1947-51-Os debates em torno da Hiléia Amazônica e a posição singular de Castro Faria. A fundação da ABA e seus efeitos: “ciência nacional” com “associações científicas nacionais”, um desenho produzido pela política científica (criação do CNPQ e da CAPES, e depois do INPA) de Vargas. Comentar criticamente.

9ª sessão - Recuperar discussão das duas sessões anteriores.

- 1) A década de 1870-80.
 - i) No Brasil tem-se a produção intelectual “magistrados e militares”: S. Romero, Teixeira Mendes, Couto de Magalhães (duas publicações em 1874 e 1876. Ambas em interlocução com a produção antropológica internacional: Tylor, Broca, Tarde,). Na Amazonia tem-se a produção intelectual de J. Veríssimo, A. Azevedo, Celso de Magalhães. Seguidos de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Roquette Pinto.
 - ii) “A presença africana” ou a temática dos “negros” (escavidão) com Boas e Herkowitz nos EUA, na África e na América Latina (Suriname), instituindo um subcampo de conhecimentos científicos vinculado à antropologia (distinção de raça e cultura e reinterpretação das práticas religiosas e das resistências culturais).
 - iii) A “história da antropologia” como a emergência de um evento: o “novo presente”, desdizendo a rigidez das periodizações ortodoxas, que usualmente tem sido acionadas para ordenar o campo da antropologia, seja segundo “escolas de pensamento”, seja segundo uma sequência de “autores notáveis”.

A trajetória de Luiz de Castro Faria que inicia suas atividades profissionais no Museu Nacional, em 1936, participa da Expedição à Serra do Norte, 1938-39, interage com Raimundo Lopes, que falece em 1941, sem publicar o seu **Antropogeografia**, que só virá a ser publicado pelo Museu Nacional em 1956.

Vide; Raimundo Lopes – **Antropogeografia**. Rio de Janeiro. Publicações Avulsas do Museu Nacional nº18. 1956

2) Discutir criticamente a classificação de Arthur Ramos:

Os “Estudos sobre o Índio”, em três fases:

i) Cobre os séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX. Dos jesuítas e primeiros cronistas. Classificação linguística (gramáticas da língua geral). “Tupimania”, litoral.

D’Orbigny e Von Martius (diversidade linguística).

ii) Karl von den Steinen (1884) e P. Ehrenreich (1887-1888) na segunda metade do séc. XIX. Expedições ao Xingu (a ruptura com o “litoral”).

iii) Predominância dos etnólogos alemães. Societé des Americanistes de Paris (L. Adam, Créqui-Monfort, Tastevin, R. de Grasserie e Paul Rivet). Começa a delinear-se a tendência aos estudos ditos “monográficos” com trabalho de campo: H. Coudreau, C. Nimuendaju, A. Métraux, Vellard, Koch-Grunberg, Max Schmidt.

iv) A expedição Rondon como marco de referência. 1906. Linhas telegráficas e definição oficial dos “territórios”. A ótica do “loteamento” e do “viveiro de mão de obra”.

Roquette-Pinto, 1912: Nambiquara e Pareci.

Raimundo Lopes, 1931 – estudos sobre pescadores. (Discussão com José Verissimo e seu trabalho sobre os pescadores de final do século XIX).

10ª sessão - Os Estudos sobre o Negro

Produção de Nina Rodrigues (Faculdade de Medicina da Bahia): medicina legal: “quilombos” e “messianismo”. Antropologia jurídica. Discussão sobre “responsabilidade penal”.

A classificação convencional:

1) A fase pré-Nina. (Rugendas, Debret, Maria Graham, Koster, H. Florence, Ewbank, Fletcher, Kidder. (Exceção Spix e Martius.) Tentativa de classificação “étnica” e estética dos negros. Silvio Romero e João Ribeiro.

2) A fase Nina Rodrigues – uma “escola de pensamento”. O método do estudo comparativo das culturas africanas e de suas “sobrevivências” no Brasil. O pressuposto da continuidade das “etnias” (África- Brasil).

3) A fase pós-Nina Rodrigues. A partir de 1906 (Manuel Querino). O “controle científico” das religiões negras. Os Congressos Afro-Brasileiros (1933 e 1935) e as contribuições de Gilberto Freyre, Jorge Amado e Edson Carneiro.

Efeitos “práticos” e implicações do predomínio circunstancial das teorias de: M. Herkowitz, Ruth Landes, Donald Pierson e Franklin Frazier. Diferenças e aproximações.

Dois orientados de F. Boas em posições opostas: Wagley e Herkowitz. Repercussões nos alinhamentos futuros de antropólogos e instituições. Especificidades do campo da produção antropológica no Brasil.

III PARTE

11ª sessão – Antropologia da Amazonia e Antropologia do Brasil

i) C. Wagley (**Amazon Town**, 1953) e E. Galvão- 1938-1957. (**Santos e Visagens**, 1956- a primeira tese em antropologia defendida por brasileiro nos EUA).

Destacar que em 1947-48 Octavio da Costa Eduardo havia realizado sob a orientação de M. Herskovitz o trabalho monográfico intitulado **The Negro in Northern Brazil - A study in acculturation** - Monograph of the American Ethnological Society- J. J. Augustin Publisher. New York.

-**Handbook of South American Indians**, 1948.

ii) 1955-1963 - Darci Ribeiro e Castro Faria – organização dos cursos de especialização em Antropologia no Museu do Índio, SPI.

Castro Faria e Roberto Cardoso - Os cursos de especialização no Museu Nacional e seus desdobramentos.

iii) 1968 - O PPGAS-MN e os projetos correlatos.

-Uma relação tensa: antropólogos e FUNAI. Terras indígenas redefinidas.

-Antropólogos e direitos à terra. “Sociedades camponesas” e diferenciação econômica interna.

-Uma ampliação do campo de reflexão? Territórios quilombolas em debate. Direitos territoriais e conflito social.

Leia-se: Alfredo Wagner Berno de Almeida – “Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia/Anotações e comentários à pauta da Primeira Reunião da Comissão “Cultura, Línguas e Povos da Amazônia” da CAPES”. Brasília, janeiro de 2006.

iv) 1973-82 - American Ethnological Society, *proceedings* e o conceito de “nova etnicidade”.

- v) 1975- Shelton H. Davis e o conceito de autoconsciência cultural. “Novas identidades coletivas” e suas diferenciações.

12ª sessão – Projeções e Perspectivas

- i) 1988 - Antropologia do direito e o alargamento jurídico-formal das unidades sociais estudadas e suas implicações sob a designação de “povos e comunidades tradicionais”. Novas formas organizativas de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. Debates e rupturas correspondentes. Terras tradicionalmente ocupadas como objeto de análise numa situação de pluralismo jurídico.
- ii) 2008 – A pesquisa antropológica e os códigos (penal, comercial, de processo civil, eleitoral...). A redefinição formal dos conceitos de família e de contrato e suas implicações na vida social.
- iii) Discussão das possibilidades de exercício aventadas pelos participantes do curso.
- iv) Exposições antropológicas no Brasil, século XXI: Lygia Sigaud (2002), João Pacheco (2008) e Alfredo Wagner (2011; 2016). O advento de novas identidades coletivas. Os critérios político-organizativos e os processos de territorialização. “Nova cartografia social” e pesquisa antropológica.

Obs. As referencias bibliográficas de cada sessão serão confirmadas e acrescentadas na discussão da proposta de curso, na primeira metade da primeira sessão.